

## MAPA ANEXO

(a que se referem os n.ºs 2 e 3)

Nome	Serviço de origem	Função a desempenhar nos órgãos da Comissão Executiva	Remuneração mensal	
			Remuneração correspondente à do cargo no Governo da RAEM	Abono especial correspondente ao dos seguintes índices da tabela indiciária da função pública
Wong Hoi Mui	Fundação Macau	Chefe de Divisão	Chefe de departamento indicado no mapa 2 anexo à Lei n.º 15/2009	Índice 200
Ao Hio Ieng	Instituto para os Assuntos Municipais	Chefe de Divisão	Chefe de departamento indicado no mapa 2 anexo à Lei n.º 15/2009	Índice 200
Choi Wong Tang	Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico	Chefe de Divisão	Chefe de departamento indicado no mapa 2 anexo à Lei n.º 15/2009	Índice 200

## 第 157/2026 號行政長官批示

## Despacho do Chefe do Executivo n.º 157/2026

行政長官行使《澳門特別行政區基本法》第五十條賦予的職權，並根據經十二月二十一日第87/89/M號法令核准的《澳門公共行政工作人員通則》第三十條第一款a項，以及第1/2023號法律《修改〈澳門公共行政工作人員通則〉及相關法規》第八條第一款的規定，作出本批示。

一、因工作需要，終止鮑偉春在橫琴粵澳深度合作區金融發展局擔任職務的臨時定期委任。

二、本批示於公佈翌日起生效，其效力追溯至二零二六年六月二十四日。

二零二六年六月二十五日

行政長官 岑浩輝

Usando da faculdade conferida pelo artigo 50.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 87/89/M, de 21 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 1/2023 (Alteração ao Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau e diplomas conexos), o Chefe do Executivo manda:

1. É dada por finda, por conveniência de serviço, a comissão eventual de serviço de Pao Wai Chon, na Direcção dos Serviços de Desenvolvimento Financeiro da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin.

2. O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, com efeitos retroactivos a partir do dia 24 de Junho de 2026.

25 de Junho de 2026.

O Chefe do Executivo, *Sam Hou Fai*.

## 第 23/2026 號行政長官公告

## Aviso do Chefe do Executivo n.º 23/2026

鑑於中央人民政府命令在澳門特別行政區執行聯合國安全理事會關於不擴散／朝鮮民主主義人民共和國的第1718 (2006) 號、第1874 (2009) 號、第2087 (2013) 號、第2094 (2013) 號、第2270 (2016) 號、第2321 (2016) 號、第2356 (2017) 號、第2371 (2017) 號、第2375 (2017) 號、第2397 (2017) 號、第2515 (2020) 號、第2569 (2021) 號及第2627 (2022) 號決議；

Considerando que o Governo Popular Central ordenou a aplicação na Região Administrativa Especial de Macau das Resoluções n.ºs 1718 (2006), 1874 (2009), 2087 (2013), 2094 (2013), 2270 (2016), 2321 (2016), 2356 (2017), 2371 (2017), 2375 (2017), 2397 (2017), 2515 (2020), 2569 (2021) e 2627 (2022) do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativas à Não Proliferação/República Popular Democrática da Coreia;

安全理事會第1718（2006）號決議所設委員會（1718制裁委員會）於二零二三年六月二日對二零一八年八月六日發佈的“第7號執行援助通知：獲得向朝鮮民主主義人民共和國提供人道主義援助豁免的準則”（下稱“第七號執行援助通知”）發出更新通知，將安全理事會第2664（2022）號決議有關人道主義援助豁免的內容納入第七號執行援助通知；

按照中央人民政府的命令，行政長官根據第3/1999號法律《法規的公佈與格式》第六條第一款的規定，命令公佈：

— 安全理事會第1718（2006）號決議所設委員會對第七號執行援助通知的更新通知的英文正式文本和相應的葡文譯本；

— 經更新的第七號執行援助通知的中文和英文正式文本。

二零二六年六月二十二日發佈。

行政長官 岑浩輝

Considerando igualmente que, em 2 de Junho de 2023, o Comité instituído nos termos da Resolução n.º 1718 (2006) do Conselho de Segurança (Comité de Sanções 1718) emitiu o anúncio de actualização ao «Aviso de Assistência à Aplicação N.º 7: Orientações relativas à Obtenção de Isenções para a Prestação de Assistência Humanitária à República Popular Democrática da Coreia», doravante designado por Aviso de Assistência à Aplicação N.º 7, publicado em 6 de Agosto de 2018, segundo o qual, o conteúdo sobre as isenções para a prestação de assistência humanitária constante da Resolução n.º 2664 (2022) do Conselho de Segurança passa a ser integrado no Aviso de Assistência à Aplicação N.º 7;

O Chefe do Executivo manda publicar, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 3/1999 (Publicação e formulário dos diplomas), por ordem do Governo Popular Central:

- O anúncio de actualização ao Aviso de Assistência à Aplicação N.º 7 do Comité instituído nos termos da Resolução n.º 1718 (2006) do Conselho de Segurança, no seu texto autêntico em língua inglesa, acompanhado da respectiva tradução para a língua portuguesa;

- O Aviso de Assistência à Aplicação N.º 7, tal como actualizado, nos seus textos autênticos em línguas chinesa e inglesa.

Promulgado em 22 de Junho de 2026.

O Chefe do Executivo, *Sam Hou Fai*.

SC/15324  
15 June 2023

## **Security Council 1718 Sanctions Committee Approves Updates to Implementation Notice on Humanitarian assistance Exemption Procedure for Democratic People's Republic of Korea**

On 2 June 2023, the Security Council Committee established pursuant to resolution 1718 (2006) approved updates to its seventh implementation assistance notice (IAN) entitled "Guidelines for Obtaining Exemptions to Deliver Humanitarian Assistance to the Democratic People's Republic of Korea", which was initially adopted by the Committee on 6 August 2018.

The updated IAN incorporates the relevant elements of Security Council resolution 2664 (2022) and is available on the Committee's website in all official languages of the United Nations

([www.un.org/securitycouncil/sanctions/1718/implementation-notice](http://www.un.org/securitycouncil/sanctions/1718/implementation-notice) and [www.un.org/securitycouncil/sanctions/1718/exemptions-measures/humanitarian-exemption-requests](http://www.un.org/securitycouncil/sanctions/1718/exemptions-measures/humanitarian-exemption-requests)).

The Committee's IAN No. 7 is intended to assist Member States and international and non-governmental organizations carrying out humanitarian assistance activities in the Democratic People's Republic of Korea (DPRK) for the benefit of the civilian population of the DPRK and to improve the delivery of humanitarian assistance to the DPRK. It provides a clear explanation of its comprehensive humanitarian exemption mechanism, as authorized in paragraph 25 of Security Council resolution 2397 (2017), by offering guidance and recommendations on how to submit humanitarian exemption requests to the Committee in accordance with the relevant resolutions.

Through the updates to Implementation Assistance Notice No. 7, the Committee recalls the adoption of resolution 2664 (2022) and specifies its application in the context of humanitarian assistance to the DPRK.

Paragraph 1 of resolution 2664 (2022) created an exception to the asset freeze imposed by paragraph 8(d) of resolution 1718 (2006), which was subsequently expanded by paragraph 27 of resolution 2094 (2013) and paragraph 32 of resolution 2270 (2016) and clarified by paragraph 12 of resolution 2270 (2016), to permit the provision, processing or payment of funds, other financial assets, or economic resources, or the provision of goods and services necessary to ensure the timely delivery of humanitarian assistance or to support other activities that support basic human needs by certain organizations. Accordingly, consistent with paragraph 4 of resolution 2664 (2022), a case-by-case Committee exemption is not required with respect to the asset freeze imposed by paragraph 8(d) of resolution 1718 (2006) for activities permitted by resolution 2664 (2022).

The Committee also recalls that, because the exception set forth in paragraphs 1 and 4 of resolution 2664 (2022) applies only to the asset freeze, a case-by-case Committee exemption is required to engage in activity prohibited by any other measure imposed by resolutions 1718 (2006), 1874 (2009), 2087 (2013), 2094 (2013), 2270 (2016), 2321 (2016), 2356 (2017), 2371 (2017), 2375 (2017) or 2397 (2017), including but not limited to sectoral measures. The Committee also notes that paragraph 6 of resolution 2664 (2022) directs the Committee, assisted by its Panel of Experts, to monitor the implementation of paragraph 1 of the resolution, including any risk of diversion. The Committee therefore encourages that Member States and international and non-governmental organizations carrying out humanitarian assistance and relief activities for the benefit of the civilian population of the DPRK to provide the Committee and its Panel of Experts with any information relevant to the risk of diversion.

SC/15324

15 de Junho de 2023

**O Comité de Sanções 1718 do Conselho de Segurança aprova as actualizações ao Aviso sobre a Aplicação do Procedimento de Isenção para Assistência Humanitária à República Popular Democrática da Coreia**

Em 2 de Junho de 2023, o Comité do Conselho de Segurança instituído nos termos da Resolução n.º 1718 (2006) aprovou as actualizações ao seu sétimo aviso de assistência à aplicação (IAN) intitulado «Orientações relativas à Obtenção de Isenções para a Prestação de Assistência Humanitária à República Popular Democrática da Coreia», que foi inicialmente adoptado pelo Comité em 6 de Agosto de 2018. O IAN actualizado incorpora os elementos relevantes da Resolução n.º 2664 (2022) do Conselho de Segurança e está disponível na página electrónica do Comité em todas as línguas oficiais das Nações Unidas

([www.un.org/securitycouncil/sanctions/1718/implementation-notice](http://www.un.org/securitycouncil/sanctions/1718/implementation-notice) and [www.un.org/securitycouncil/sanctions/1718/exemptions-measures/humanitarian-exemption-requests](http://www.un.org/securitycouncil/sanctions/1718/exemptions-measures/humanitarian-exemption-requests)).

O IAN N.º 7 do Comité visa auxiliar os Estados-Membros e as organizações internacionais e não-governamentais que realizam actividades de assistência humanitária na República Popular Democrática da Coreia (RPDC) em benefício da população civil da RPDC e melhorar a prestação de assistência humanitária à RPDC. O mesmo fornece uma explicação clara do seu mecanismo abrangente de isenção humanitária, conforme autorizado no n.º 25 da Resolução n.º 2397 (2017) do Conselho de Segurança, oferecendo orientações e recomendações sobre como apresentar pedidos de isenção humanitária ao Comité, em conformidade com as resoluções relevantes.

Através das actualizações ao Aviso de Assistência à Aplicação N.º 7, o Comité recorda a adopção da Resolução n.º 2664 (2022) e especifica a sua aplicação no contexto da assistência humanitária à RPDC. O n.º 1 da Resolução n.º 2664 (2022) criou uma excepção ao congelamento de bens imposto pela alínea d) do n.º 8 da Resolução n.º 1718 (2006), que foi posteriormente ampliada pelo n.º 27 da Resolução n.º 2094 (2013) e pelo n.º 32 da Resolução n.º 2270 (2016) e clarificada pelo n.º 12 da Resolução n.º 2270 (2016), para permitir o fornecimento, processamento ou pagamento de fundos,

outros activos financeiros ou recursos económicos, ou a prestação de bens e serviços necessários para garantir a prestação atempada de assistência humanitária ou para apoiar outras actividades que satisfaçam as necessidades humanas básicas por parte de determinadas organizações. Assim, em consonância com o n.º 4 da Resolução n.º 2664 (2022), não é necessária uma isenção caso a caso do Comité no que diz respeito ao congelamento de bens imposto pela alínea d) do n.º 8 da Resolução n.º 1718 (2006) para actividades permitidas pela Resolução n.º 2664 (2022).

O Comité recorda ainda que, uma vez que a excepção prevista nos n.ºs 1 e 4 da Resolução n.º 2664 (2022) se aplica apenas ao congelamento de bens, é necessária uma isenção caso a caso do Comité para realizar actividades proibidas por qualquer outra medida imposta pelas Resoluções n.º 1718 (2006), n.º 1874 (2009), n.º 2087 (2013), n.º 2094 (2013), n.º 2270 (2016), n.º 2321 (2016), n.º 2356 (2017), n.º 2371 (2017), n.º 2375 (2017) ou n.º 2397 (2017), incluindo, mas não se limitando a, medidas sectoriais. O Comité nota igualmente que o n.º 6 da Resolução n.º 2664 (2022) instrui o Comité, com a assistência do seu Grupo de Peritos, a monitorizar a aplicação do n.º 1 da referida Resolução, incluindo qualquer risco de desvio. O Comité encoraja, por conseguinte, os Estados-Membros e as organizações internacionais e não-governamentais que realizam actividades de assistência humanitária e socorro em benefício da população civil da RPDC a fornecerem ao Comité, e ao seu Grupo de Peritos, qualquer informação relevante relacionada com o risco de desvio.

## 安全理事會第 1718 (2006) 號決議

### 所設委員會

更新日期：2023 年 6 月 2 日

最初發佈日期：2018 年 8 月 6 日

## 第 7 號執行援助通知：獲得向朝鮮民主主義人民共和國提供人道主義援助豁免的準則

安全理事會第 1718 (2006) 號決議所設委員會認為以下資料可能有助於會員國履行第 1718 (2006)、1874 (2009)、2087 (2013)、2094 (2013)、2270 (2016)、2321 (2016)、2356 (2017)、2371 (2017)、2375 (2017) 和 2397 (2017) 號決議為其規定的義務。安全理事會一再申明，上述決議規定的措施無意對朝鮮民主主義人民共和國（朝鮮）平民產生不利的人道主義影響，也無意對這些決議沒有禁止的活動，包括經濟活動與合作、糧食援助和人道主義援助，造成不利影響或限制。此外，這些決議中的許多措施包含明確的人道主義豁免，在某些情況下，包括需要獲得委員會逐案事先明確予以豁免。

儘管如此，為了建立一個全面的人道主義豁免機制，第 2397 (2017) 號決議第 25 段重申，第 1718 (2006)、1874 (2009)、2087 (2013)、2094 (2013)、2270 (2016)、2321 (2016)、2356 (2017)、2371 (2017)、2375 (2017) 和 2397 (2017) 號決議規定的措施無意對朝鮮平民造成不利的人道主義影響，也無意對第 1718 (2006)、1874 (2009)、2087 (2013)、2094 (2013)、2270 (2016)、2321 (2016)、2356 (2017)、2371 (2017)、2375 (2017) 和 2397 (2017) 號決議沒有禁止的活動，包括經濟活動與合作、糧食援助和人道主義援助，以及在朝鮮為朝鮮平民開展援助和救濟

活動的國際組織和非政府組織的工作產生不利影響，強調指出朝鮮須充分滿足朝鮮人民的生活需要，對此負有首要責任，決定委員會凡在它認定為協助這些組織在朝鮮開展工作，或出於符合上述決議目標的其他任何目的而有必要給予豁免的情況下，可逐案對任何活動免於適用這些決議規定的措施。

委員會回顧，第 2664 (2022) 號決議第 6 段指示委員會通過發佈執行援助通知，協助會員國正確理解和充分執行第 2664 (2022) 號決議第 1 段的內容。為此，委員會注意到，第 2664 (2022) 號決議第 1 段為第 1718 (2006) 號決議第 8 (d) 段規定的資產凍結設立了例外情況，<sup>1</sup> 這一點隨後經第 2094 (2013) 號決議第 27 段和第 2270 (2016) 號決議第 32 段擴大，經第 2270 (2016) 號決議第 12 段澄清，允許某些組織“提供、處理或支付資金、其他金融資產或經濟資源，或提供必要的貨物和服務，以確保及時提供人道主義援助或支持人類基本需求的其他活動”。<sup>2</sup> 因此，根據第 2664 (2022) 號決議第 4 段，委員會不需要對第 2664 (2022) 號決議所允許活動的上述資產凍結進行逐案豁免。

由於第 2664 (2022) 號決議第 1 和第 4 段規定的例外情況僅適用於資產凍結，因此，如要從事第 1718 (2006)、1874 (2009)、2087 (2013)、2094 (2013)、2270 (2016)、2321 (2016)、2356 (2017)、2371 (2017)、

---

<sup>1</sup> 本更新發佈時，安理會已在第 2087 (2013) 號決議第 5 (a) 段、第 2094 (2013) 號決議第 8 段、第 2270 (2016) 號決議第 10 段、第 2321 (2016) 號決議第 3 段、第 2356 (2017) 號決議第 3 段、第 2371 (2017) 號決議第 3 段、第 2375 (2017) 號決議第 3 段以及第 2397 (2017) 號決議第 3 段指認了資產凍結的個人和實體。委員會也根據安理會第 1718 (2006) 號決議第 8 (d) 段授予的權力，指認了資產凍結的個人和實體。

<sup>2</sup> 聯合國，包括其方案、基金和其他實體和機構及聯合國專門機構和有關組織、國際組織、在聯合國大會具有觀察員地位的人道主義組織和這些人道主義組織的成員，或參加聯合國人道主義應急計劃、難民應對計劃、其他聯合國呼籲或人道協調廳協調下人道主義專題群組的雙邊或多邊供資非政府組織或以這些組織身份行事的這些組織的僱員、受權方、附屬機構或執行夥伴，或安理會所設任何單獨委員會在各自任務範圍內並根據各自任務規定增加的其他相關方。

2375 (2017) 或 2397 (2017) 號決議規定的任何其他措施 (包括但不限於產業措施) 所禁止的活動, 則需要委員會逐案豁免。委員會還注意到, 第 2664 (2022) 號決議第 6 段指示委員會在其專家小組的協助下, 監測該決議第 1 段的執行情況, 包括監測任何轉移風險。因此, 委員會鼓勵開展人道主義援助和救濟活動使朝鮮民眾受益的會員國、國際組織和非政府組織向委員會及其專家小組提供任何有關轉移風險的信息。

因此, 委員會向在朝鮮為朝鮮平民開展援助和救濟活動的會員國、國際組織和非政府組織提出以下建議。

### 豁免請求格式

委員會建議在朝鮮為朝鮮平民開展援助和救濟活動並要求 1718 委員會豁免的會員國、國際組織和非政府組織, 提交一封豁免請求信, 信中包含以下內容:

- 擬議為朝鮮平民提供的人道主義援助的性質;
- 對朝鮮受益人和選擇受益人的標準的解釋;
- 要求委員會豁免的理由;
- 詳細說明在豁免期內向朝鮮提供的貨物和服務的數量和相關規格 (儘可能包括品牌、型號和製造商), 以及用於什麼目的和向誰提供;
- 擬議在豁免期內向朝鮮運送物項的計劃日期;
- 計劃運送路線和運送方法, 包括運貨將使用的出發港和入境港;
- 提交申請時可以確認的所有參與運送方, 包括朝鮮實體, 無論是否得到授權或提供支持;
- 與運送相關的財務事項;
- 包含所有計劃運送貨物和服務的分項清單 (包括貨物和服務數量、

以美元或當地貨幣計算的大約價值和計劃裝運日期)的附件；

- 確保向朝鮮提供的援助用於預期目的（例如監測計劃）而不被轉用於違禁目的的措施。

委員會建議獲得人道主義豁免的會員國和國際組織或非政府組織盡最大努力，儘可能將每個項目的所有計劃裝運貨物合併成每九個月不超過三批裝運。如果已經獲得委員會豁免的申請者需要對計劃送往朝鮮的物品（如確切的規格和數量）和（或）交易（例如最終運貨和交貨計劃）的方法和參與交易方進行必要和合理的變更，申請者必須通過後續豁免信函及時向委員會提交審查所需的所有變更。委員會隨後將審查所有要求進行的變更，並在必要時對其提供的豁免進行適當調整。

如果申請者無法提供或因其他任何原因不能提供上述信息，委員會建議提交信息缺失的原因以及一旦有詳情可告即向委員會更新情況的計劃。如果申請者在申請過程中遇到任何困難，委員會建議申請者諮詢有關會員國、委員會主席、聯合國人道主義事務協調廳或聯合國駐朝鮮駐地協調員。為方便申請者，1718 委員會網站上提供用於組織申請的空白申請表和附件模板，供選擇使用。

### 國際組織和非政府組織向 1718 委員會提出豁免請求的途徑

國際組織或非政府組織可以通過以下三種方式尋求委員會的豁免。不過，聯合國機構、紅十字委員會、紅十字與紅新月聯會、國際奧委會或在新申請日期之前 18 個月內已獲得兩項以上豁免的組織，或豁免請求涉及向朝鮮民眾提供突發事件緊急人道主義援助的情形，例如援助應對 COVID-19 之類的大流行疫情，或援助應對自然災害，可以根據有關國家當局法規和組織章程，通過委員會秘書直接向委員會提交豁免請求：

1. 會員國：由於該決議規定了會員國的義務，應由會員國代表尋求向朝鮮提供人道主義援助的國際組織或非政府組織向委員會提交豁免請求。可以在國內或通過會員國常駐紐約聯合國代表團與會員國聯繫。會員國常駐代表團的聯繫信息可查閱：<https://bluebook.unmeetings.org/>。

- 委員會建議會員國向申請者解釋其申請將如何提交給委員會（例如該申請在提交給委員會之前是否需要先由國家當局審查），以及會員國向委員會提交申請需要多長時間。委員會還建議會員國經常向申請者告知其申請狀態。

2. 聯合國：如果一個會員國無法或因其他原因不能向委員會提出這種請求，聯合國駐朝鮮駐地協調員辦事處可以充當國際組織或非政府組織向委員會送交豁免請求的聯絡人，並且可向各組織提供指導。駐地協調員聯絡地址：[rco.kp@one.un.org](mailto:rco.kp@one.un.org)。

3. 委員會秘書：如果會員國和聯合國駐朝鮮駐地協調員辦事處都無法或因其他原因不能代表一個國際組織或非政府組織向委員會提交豁免請求或符合上述標準，該國際組織或非政府組織可以通過電子郵箱 [sc-1718-committee@un.org](mailto:sc-1718-committee@un.org) 直接向委員會秘書提交豁免請求。委員會秘書將在符合以下標準時向委員會轉遞豁免請求：

- 請求實體是一個以往曾有向朝鮮或其他國家提供援助的記錄的國際組織或非政府組織和/或該非政府組織得到相關會員國的國家承認；
- 計劃向朝鮮提供的援助的性質是出於人道主義目的，為了造福朝鮮平民；
- 豁免請求滿足上述信息要求。

## 委員會批准程序

由於人道主義援助的時間敏感性，委員會將努力儘快處理豁免請求，以便在合理的時間範圍內根據委員會準則做出決定。豁免自委員會簽發豁免批准函之日起九個月內有效，除非申請者另提出特別請求並提供有充分根據的理由（如大流行疫情導致的運輸延誤）供委員會考慮。如果獲得豁免方無法在豁免期限內完成項目，委員會建議獲得豁免方至遲於豁免到期日之前十個工作日提交延期請求並說明理由。委員會將審查延期請求、更新的豁免請求以及突發事件緊急人道主義援助請求，例如旨在加快應對 COVID-19 之類大流行疫情或自然災害的請求。

## 委員會豁免批准函

委員會審查了豁免請求後，將發佈一封附有其決定的回覆信。如果委員會批准該請求，將向請求方發出一封信，具體解釋委員會批准向朝鮮運送何物。委員會批准函將附有一份附件，其中包括按數量和計劃裝運日期開列的批准貨物和服務清單。委員會批准函及其附件一俟發出後即在 1718 委員會網站上公佈，在豁免期間供公眾查閱。批准函將譯為所有聯合國語文，申請者可與相關各方分享。如果附件需要翻譯，例如為便利採購、海關或金融交易需要翻譯，申請者應在最初申請中包括譯本，一旦批准，將在網上張貼。公佈豁免使參與審查經豁免向朝鮮運送情況的相關國家當局以及與申請者合作的金融機構和供應商能夠迅速、獨立地核實豁免。<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> 如果申請者要求其附件的部分內容保密且不在網上張貼，申請者應在申請中說明這一要求，並提交一份供委員會審查的完整附件和一份如獲豁免將在網上張貼的刪節附件。如果申請者要求匿名，將在網上張貼一份只註明申請者的會員國、項目類型和簡短工作說明的批准函。請求刪節附件或匿名的申請者應注意，第三方可能無法獨立核實申請中任何未在網上張貼的部分，未核實可能會影響某些援助採購和運送流程。

## 最佳做法

委員會認為，計劃在朝鮮為朝鮮平民開展援助和救濟活動的國際組織和非政府組織可受益於參閱先前批准的豁免申請。如果參與方願意為上述目的提供已批准的豁免請求或豁免請求的一部分供參考或為未來參與方提供指導，委員會要求在申請中列入這一信息。如果參與方選擇提供信息，委員會秘書、聯合國駐地協調員、聯合國人道主義事務協調廳或相關會員國將與未來請求支持的國際組織和非政府組織分享受權提供的信息。參與這一最佳做法不會影響申請者的申請。此外，委員會秘書將整理相關匿名信息，以便保存一個通用最佳做法儲存庫。

## 銀行渠道

委員會充分意識到亟需為人道主義目的建立一個穩定和無風險的銀行渠道，並積極參與建立這一渠道的過程。

## 對 1718 委員會豁免的限制

委員會提醒所有國際組織和非政府組織，獲得聯合國制裁委員會的豁免並不使這些組織及其擬議交易免受參與這些交易的會員國的相關國內條例和許可證要求的約束。所有請求委員會豁免的國際組織或非政府組織還必須充分遵守對擬議交易的所有方面和所涉各方擁有管轄權的會員國的相關監管和許可證要求，例如向英語不是官方語言的國家的海關當局提交委員會豁免批准函附件的譯本，以及遵守現金攜帶限制。

**Security Council Committee established  
pursuant to resolution 1718 (2006)**

Updated on 2 June 2023  
Originally issued on 6 August 2018

**Implementation Assistance Notice No. 7: Guidelines for Obtaining Exemptions to Deliver  
Humanitarian Assistance to the Democratic People’s Republic of Korea**

The Security Council Committee established pursuant to resolution 1718 (2006) believes that the following information may be useful to Member States in carrying out their obligations contained in resolutions 1718 (2006), 1874 (2009), 2087 (2013), 2094 (2013), 2270 (2016), 2321 (2016), 2356 (2017), 2371 (2017), 2375 (2017) and 2397 (2017). The Security Council has repeatedly affirmed that the measures imposed by the abovementioned resolutions are not intended to have adverse humanitarian consequences for the civilian population of the Democratic People’s Republic of Korea (DPRK) or to affect negatively or restrict those activities, including economic activities and cooperation, food aid and humanitarian assistance, that are not prohibited by these resolutions. Furthermore, many of the measures found in these resolutions contain explicit humanitarian exemptions that include, in some cases, the need to obtain an explicit exemption from the Committee in advance on a case-by-case basis.

Nevertheless, in order to create a comprehensive humanitarian exemption mechanism, paragraph 25 of resolution 2397 (2017) reaffirms that the measures imposed by resolutions 1718 (2006), 1874 (2009), 2087 (2013), 2094 (2013), 2270 (2016), 2321 (2016), 2356 (2017), 2371 (2017), 2375 (2017) and 2397 (2017) are not intended to have adverse humanitarian consequences for the civilian population of the DPRK or to affect negatively or restrict those activities, including economic activities and cooperation, food aid and humanitarian assistance, that are not prohibited by resolutions 1718 (2006), 1874 (2009), 2087 (2013), 2094 (2013), 2270 (2016), 2321 (2016), 2356 (2017), 2371 (2017), 2375 (2017) and 2397 (2017), and the work of international and non-governmental organizations carrying out assistance and relief activities in the DPRK for the benefit of the civilian population of the DPRK, stresses the DPRK’s primary responsibility and need to fully provide for the livelihood needs of people in the DPRK, and decides that the Committee may, on a case-by-case basis, exempt any activity from the measures imposed by these resolutions if the Committee determines that such an exemption is necessary to facilitate the work of such organizations in the DPRK, or for any other purpose consistent with the objectives of these resolutions.

The Committee recalls that paragraph 6 of resolution 2664 (2022) directs it to assist Member States in properly understanding and fully implementing paragraph 1 of resolution 2664 (2022) by issuing Implementation Assistance Notices. To that end, the Committee notes that paragraph 1 of resolution 2664 (2022) created an exception to the asset freeze imposed by paragraph 8(d) of resolution 1718 (2006),<sup>1</sup> which was subsequently expanded by paragraph 27 of resolution 2094

<sup>1</sup> At the time of the publication of this update, the Council has designated individuals and entities for the asset freeze in paragraph 5(a) of resolution 2087 (2013), paragraph 8 of resolution 2094 (2013), paragraph 10 of resolution 2270 (2016), paragraph 3 of resolution 2321 (2016), paragraph 3 of resolution 2356 (2017), paragraph 3 of resolution 2371 (2017), paragraph 3 of resolution 2375 (2017), and paragraph 3 of resolution 2397 (2017). The Committee has

(2013) and paragraph 32 of resolution 2270 (2016) and clarified by paragraph 12 of resolution 2270 (2016), to permit “the provision, processing or payment of funds, other financial assets, or economic resources, or the provision of goods and services necessary to ensure the timely delivery of humanitarian assistance or to support other activities that support basic human needs” by certain organizations.<sup>2</sup> Accordingly, consistent with paragraph 4 of resolution 2664 (2022), a case-by-case Committee exemption is not required with respect to the asset freeze described above for activities permitted by resolution 2664 (2022).

Because the exception set forth in paragraphs 1 and 4 of resolution 2664 (2022) applies only to the asset freeze, a case-by-case Committee exemption is required to engage in activity prohibited by any other measure imposed by resolutions 1718 (2006), 1874 (2009), 2087 (2013), 2094 (2013), 2270 (2016), 2321 (2016), 2356 (2017), 2371 (2017), 2375 (2017) or 2397 (2017), including but not limited to sectoral measures. The Committee also notes that paragraph 6 of resolution 2664 (2022) directs the Committee, assisted by its Panel of Experts, to monitor the implementation of paragraph 1 of the resolution, including any risk of diversion. The Committee therefore encourages that Member States and international and non-governmental organizations carrying out humanitarian assistance and relief activities for the benefit of the civilian population of the DPRK to provide the Committee and its Panel of Experts with any information relevant to the risk of diversion.

As such, the Committee offers the following recommendations for Member States and international and non-governmental organizations carrying out assistance and relief activities in the DPRK for the benefit of the civilian population of the DPRK.

#### Format of Exemption Requests

The Committee recommends that Member States and international and non-governmental organizations carrying out assistance and relief activities in the DPRK for the benefit of the civilian population of the DPRK and requiring a 1718 Committee exemption, submit requests for exemptions in a letter containing the following elements:

- Nature of humanitarian assistance proposed to be provided to the DPRK for the benefit of the civilian population of the DPRK;
- Explanation of the DPRK recipients and criteria employed to select beneficiaries;
- Reasons for requiring a Committee exemption;

also designated individuals and entities for the asset freeze under the authority granted to it by the Council in paragraph 8(d) of resolution 1718 (2006).

<sup>2</sup> The United Nations, including its Programmes, Funds and Other Entities and Bodies, as well as its Specialized Agencies and Related Organizations, international organizations, humanitarian organizations having observer status with the United Nations General Assembly and members of those humanitarian organizations, or bilaterally or multilaterally funded non-governmental organizations participating in the United Nations Humanitarian Response Plans, Refugee Response Plans, other United Nations appeals, or OCHA-coordinated humanitarian “clusters,” or their employees, grantees, subsidiaries, or implementing partners while and to the extent that they are acting in those capacities, or by appropriate others as added by any individual Committees established by this Council within and with respect to their respective mandates.

- Detailed description with quantities and relevant specifications (including, to the extent possible, make, model and manufacturer) of the goods and services to be provided within the exemption period to the DPRK for what purpose and to whom;
- Planned date(s) of proposed transfer to the DPRK within the exemption period;
- Planned route(s) and method(s) of transfer including ports of departure and entry to be used for shipments;
- All parties involved in the transfers, including DPRK entities, whether receiving authorization or providing support, that can be identified at the time of submission of the application;
- Financial transactions associated with the transfers;
- Annex containing itemized list of all planned transfers of goods and services with quantities, approximate value of goods and services in U.S. dollars or local currency, planned shipment date; and
- Measures to ensure that assistance to be provided to the DPRK are used for the intended purposes, such as a monitoring plan, and not diverted for prohibited purposes.

The Committee recommends that Member States and international or non-governmental organizations obtaining humanitarian exemptions should do their utmost to consolidate all planned shipments into three shipments or less every nine months, per project, to the best extent practicable. If an applicant who has received a Committee exemption needs to make necessary and well-justified changes to items planned for transfer to the DPRK (such as exact specifications and quantities) and/or the method and parties involved in the transactions (such as the final shipping and delivery plan), the applicant must promptly provide the Committee with all changes needed for review through a follow-up exemption letter. The Committee would then review all the changes requested and make appropriate adjustments to the exemption it provided, where necessary.

If an applicant is unable or in any other way not in a position to provide the above information, the Committee recommends submitting the reason the information is missing and a plan to update the Committee as the details become available. If applicants face any challenges during the process, the Committee recommends they consult its Member State, the Committee Chair, the United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, or the United Nations Resident Coordinator in the DPRK. For applicants' convenience and optional use, please find a blank application and annex template for organization's applications on the [1718 Committee website](#).

#### Routing of Exemption Requests from International and Non-Governmental Organizations to the 1718 Committee

There are three ways international or non-governmental organizations can seek exemptions from the Committee as outlined below. However, United Nations agencies, ICRC, IFRC, IOC, or an organization that has received two or more exemptions during 18 months preceding the date of the new application, or the exemption request is in regards to providing urgent emergency humanitarian assistance to the DPRK people, such as aid to fight against pandemic outbreaks, like COVID-19, or aid to respond to a natural disaster, can submit exemption requests directly to

the Committee via the Committee Secretary, in accordance with relevant national authorities and organization by laws:

1. **Member States:** Because the resolution imposes obligations on Member States, it is Member States that should submit exemption requests to the Committee on behalf of international or non-governmental organizations seeking to deliver humanitarian assistance to the DPRK. Member States can be contacted domestically or through their Permanent Missions to the United Nations in New York. The contact information for Member States' Permanent Missions is available at <https://bluebook.unmeetings.org/>.
  - The Committee recommends that Member States explain to applicants how their application will be routed to the Committee (for example, if the application needs to be reviewed first by national authorities before being submitted to the Committee) and how much time the Member State will need to submit the application to the Committee. The Committee further recommends that the Member States update applicants frequently on the status of their application.
2. **United Nations:** If a Member State is unable or in any other way not in a position to route such a request to the Committee, the Office of the United Nations Resident Coordinator in the DPRK may serve as a liaison for the international or non-governmental organization to send exemption requests to the Committee and provide guidance to the organizations. The Resident Coordinator can be contacted at [rco.kp@one.un.org](mailto:rco.kp@one.un.org).
3. **Committee Secretary:** If both Member States and the Office of the United Nations Resident Coordinator in the DPRK are unable or in any other way not in a position to submit exemption requests to the Committee on behalf of an international or non-governmental organization or fit the criteria above, the international or non-government organization may submit an exemption request directly to the Committee Secretary at [sc-1718-committee@un.org](mailto:sc-1718-committee@un.org). The Committee Secretary will forward exemption requests to the Committee when they meet the following criteria:
  - The requesting entity is an international or non-governmental organization with a track record of having delivered aid to the DPRK or other countries in the past and/or the non-governmental organization is nationally recognized by the relevant Member State(s);
  - The nature of assistance planned to be provided to the DPRK is for humanitarian purposes and benefits the civilian population of the DPRK;
  - The exemption request addresses the informational requirements outlined above.

#### Committee Approval Process

Due to the time-sensitive nature of humanitarian assistance, the Committee will endeavor to process exemption requests as quickly as possible to provide decisions within a reasonable timeframe in accordance with the Committee Guidelines. Exemptions will be granted for a period of nine months from the date of the letter by which the Committee has granted the exemption, unless the applicant specifically requests otherwise and provides a well-founded

justification, such as transportation delays related to a pandemic, for the Committee to consider. If the party that received an exemption is unable to complete the project within the exemption timeframe, the Committee recommends that the party submit an extension request with an explanation, at least ten business days before the expiration date of the exemption. The Committee will review extension requests, updated exemption requests, and urgent emergency humanitarian assistance requests, such as those aimed at responding to pandemic outbreaks, like COVID-19, or natural disasters on an expedited timeframe.

#### Committee Exemption Approval Letter

After the Committee has reviewed the exemption request, it will issue a response letter with its decision. If the Committee approves the request, it will issue a letter to the requesting party that explains specifically what the Committee approves for transfer to the DPRK. An annex with an approved list of goods and services by quantity and planned shipment date will be appended to the Committee approval letter. The Committee approval letter and its annex will be published on the 1718 Committee website upon issuance for the public for the exemption period. The approval letter will be translated to all UN languages and the applicant may share it with relevant parties. If there is a need for the annex to be translated, for example, to help with procurement, customs, or financial transactions, the applicant should include a translated version in its initial application to be posted online once approved. Publication of the exemption allows relevant national authorities involved in reviewing the exempted transfers to the DPRK, and financial institutions and suppliers working with the applicant to quickly and independently verify the exemption.<sup>3</sup>

#### Best Practices

The Committee believes international and non-governmental organizations planning to carry out assistance and relief activities in the DPRK for the benefit of the civilian population of the DPRK may benefit from reviewing previously approved exemption applications. If a party is willing to make its approved exemption request, or a portion of its exemption request, available for review for the above purpose, or to provide guidance to a prospective party, the Committee requests this information be included in the application. If a party opts in, the Committee Secretary, UN Resident Coordinator, the United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, or relevant Member State, will share the authorized information to prospective international and non-governmental organizations requesting support. Participating in this best practice process will not impact an applicant's application. Additionally, the Committee Secretary will collate relevant anonymized information for the sake of holding a repository of generalized best practices.

<sup>3</sup> If applicants require portions of their annex to be kept confidential and not posted online, the applicant should indicate this in their application and submit both a full annex for the Committee's review and a redacted annex to be posted online, if approved. If an applicant requires anonymity, an approval letter indicating only the applicant's Member State, type of project, and a short description of the work will be posted online. Applicants requesting redacted annexes or anonymity should note that third parties may not be able to independently verify any portions of their application that are not posted online, and lack of verification might impact certain processes of aid procurement and delivery.

### Banking Channel

The Committee is fully aware of the urgent need for establishing a stable and risk-free banking channel for humanitarian purposes and is actively seized in the process to create one.

### Limitations of 1718 Committee Exemptions

The Committee reminds all international and non-governmental organizations that receiving exemptions from the Committee for United Nations sanctions does not exempt those organizations and their proposed transactions from the relevant domestic regulations and licensing requirements of Member States involved in those transactions. All international or non-governmental organizations requesting exemptions from the Committee must also fully observe relevant regulatory and licensing requirements of Member States that have jurisdiction over all aspects of the proposed transactions and involved parties, such as submitting a translated version of the annex of the Committee exemption approval letter to the customs authority in countries where English is not an official language and adhering to cash carry limitations.